

INTERPRETAÇÕES DE ALTERNÂNCIA VOCÁLICA APLICÁVEIS AOS VERBOS *PODER* E *PÔR*

Bianca Poline Dantas de MEDEIROS¹ UFRN

Caroline Bento de OLIVEIRA² UFRN

Dra. Carla Maria CUNHA³ UFRN

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar duas possíveis interpretações para a alternância vocálica presente nos verbos irregulares da segunda conjugação *poder* e *pôr*, quando flexionados no pretérito perfeito do indicativo na primeira e na terceira pessoas do singular. O embasamento teórico dessa análise fundamenta-se, principalmente, em Câmara Júnior (1989). Com relação às formas verbais *pude/pôde* e *pus/pôs*, observou-se que há a possibilidade de aplicar a essas formas dois olhares, considerando o mesmo processo morfofonológico de alternância vocálica aplicável aos constituintes de cada par mencionado. Para tanto, foi feita, antes de tudo, a identificação das informações morfológicas (radical, vogal temática, morfema modo-temporal e morfema número-pessoal). Assim, percebeu-se que o morfema representativo de P1 (primeira pessoa do singular) e de P3 (terceira pessoa do singular) pode ser interpretado como morfema zero { \emptyset } ou pode-se, ainda, interpretar que P1 e P3, nessas formas verbais, não se apresentam. Tais possibilidades de interpretação repercutem, por sua vez, no tipo de alternância vocálica. A alternância vocálica, que é a mudança na produção da vogal tônica do radical, será analisada como secundária e redundante, tendo em vista a presença concomitante de morfema específico para os número-pessoais (NPs), ou será analisada como primária e distintiva, tendo em vista que apenas é possível tal reconhecimento dos número-pessoais via mudança da vogal tônica do radical. As alternâncias vocálicas

¹ Aluna do sexto período do curso de graduação em Letras, habilitação em Língua Portuguesa. e-mail: biancapdmedeiros@gmail.com

² Aluna do sexto período do curso de graduação em Letras, habilitação em Língua Portuguesa. e-mail: carol.bentoliver@hotmail.com

³ Orientadora da pesquisa autônoma *Interpretações de alternância vocálica aplicáveis aos verbos poder e pôr*. Pesquisa decorrente do aprofundamento de discussões relativas ao conteúdo da disciplina Morfologia da Língua Portuguesa I. e-mail: cmcunha@ufrnet.br

mencionadas, de qualquer modo, apresentam-se como irregulares em comparação com a alternância vocálica aplicada aos verbos regulares. O processo de alternância vocálica, por um viés, decorre em alomorfa do radical e, por outro viés, permite depreender uma informação que comumente é vista com pertencente à morfologia flexional de número-pessoal e de modo-temporal. Com a alternância vocálica no radical, acaba-se por identificar em que pessoa e em que modo-temporal os verbos *poder* e *pôr* estão flexionados.

Palavras-Chave: Morfologia. Alternância vocálica. Verbos irregulares.

Introdução

A morfologia é entendida como o ramo da Linguística que estuda a estrutura, a formação e a categorização de vocábulos. Além disso, é tarefa da morfologia estudar “[...] como a concordância se realiza, quais os meios, [e] que tipos de flexão são utilizados [...]”. (SANDMANN, 1991, p.17). A concordância faz-se relevante nesta análise por ser um dos componentes linguísticos envolvidos na relação morfossintática. Na discussão sobre alternância vocálica, a relação morfossintática também mostra uma participação efetiva, mesmo que, a princípio, o processo de alternância vocálica pareça ser uma abordagem em torno de elementos morfofonológicos da língua portuguesa.

Cada vocábulo pode conter um ou mais de um morfema, uma vez que, como bem reforça Rosa (2003), morfemas são signos mínimos, ou seja, constituem uma forma linguística mínima com significação. Essas unidades mínimas, em conjunto com outras ou individualmente, formam palavras, classificadas como nominais ou verbais.

Delimitada a discussão morfológica e morfofonológica aos constituintes dos verbos irregulares da segunda conjugação *poder* e *pôr*, flexionados no pretérito perfeito do indicativo na primeira e na terceira pessoas do singular, este trabalho tem a finalidade principal de observar duas possíveis interpretações para o processo morfofonológico de alternância vocálica presente nessas conjugações. O tipo de alternância vocálica aplicado a essas formas verbais vai corresponder ao tratamento

dado à representação do morfema NP, podendo, além disso, permitir a apreensão não só do número-pessoal, bem como do modo-temporal de cada forma verbal.

Antes de se chegar à discussão sobre a alternância vocálica nos verbos irregulares, é feito, no item 1, *Morfemas lexicais e gramaticais*, um esclarecimento acerca dos tipos de morfemas, a fim de explicitar que nos verbos *poder* e *pôr* podem ser aplicadas diferentes interpretações morfológicas no modo-temporal analisado (pretérito perfeito do indicativo). No item 2, *Relação morfossintática*, é exposto outro mecanismo de apreensão de conteúdo morfológico, cuja representação, no entanto, não é de morfema. No item 3, *Variação livre e alternância vocálica*, é apresentada uma breve distinção entre essas duas possibilidades do sistema. No item 4, *Alternância vocálica em palavras nominais e verbais*, é discutido o processo de alternância vocálica aplicado às palavras nominais e às verbais regulares. Feitas essas discussões, são abordadas, propriamente, no item 5, *Alternância vocálica nos verbos pôr e poder*, as interpretações possíveis para a morfofonologia de *poder* e *pôr* e seus desdobramentos. Por fim, é avaliada a produtividade das interpretações possíveis para a alternância focalizada.

1. Morfemas lexicais e gramaticais

Como foi apontado anteriormente na introdução, um ou mais de um morfema pode constituir um vocábulo. Cada morfema exerce determinada função na constituição da palavra. Quanto à significação, os morfemas podem ser gramaticais e lexicais. E quanto à realização, podem ser livres, presos e dependentes (CÂMARA JR., 1989).

Câmara Jr. (1981, p. 47) afirma que, na estruturação mórfica, há “uma primeira classe de formas mínimas que se reporta diretamente à experiência do mundo bio-social que nos envolve e serve de assunto à comunicação lingüística”, constituindo o núcleo de cada vocábulo, isto é, a sua raiz. Para tanto, caracteriza-a como forma lexical, cujo traço básico é a condição de pertencer a uma série aberta.

Diferentemente dessa classe dos morfemas lexicais, Câmara Jr. (1981, p. 48) aponta que os morfemas gramaticais constituem “formas mínimas auxiliares, que assinalam uma particularização de significação ou de emprego em cada vocábulo”, quando combinadas com outro morfema, ou seja, fazem referência apenas à língua.

Para Bloomfield (1933 *apud* Câmara Jr., 1989, p. 69), os morfemas são de dois tipos: um constituído por forma livre, quando sozinho pode formar um vocábulo, e o outro constituído por forma presa, quando só se realiza ligado a outro morfema. No entanto, Câmara Jr. (1989, p.70) acrescenta a essa tipologia a forma ou o morfema dependente,

conceitua-se assim uma forma que não é livre, porque não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente; mas também não é presa, porque é suscetiva de duas possibilidades para se disjuntir da forma livre a que se acha ligada: de um lado, entre ela e essa forma livre pode se intercalar uma, duas ou mais formas livres [...]. Por outro lado, quando tal não é permissível (nos pronomes átonos que funcionam junto ao verbo), resta alternativa dela mudar de posição em relação à forma livre a que está ligada, o que não ocorre absolutamente com uma forma presa [...].

Pode-se interpretar que os morfemas gramaticais são caracterizados como classificatórios, flexionais, derivacionais e relacionais. Para a pesquisa em curso, é relevante focalizar os flexionais que, por sua vez, enquadram os subtipos aditivo, subtrativo, alternativo e zero. Estreitando ainda mais o objeto de estudo, é relevante a focalização dos subtipos aditivo, alternativo e zero, uma vez que estão envolvidos com as possíveis análises de alternância vocálica.

Considerando os aditivos como subtipo dos morfemas flexionais, eles vão se posicionar, dentro de um vocábulo, à direita do morfema radical. Com relação aos alternativos, eles correspondem à alternância de um fonema em sílaba tônica no interior do radical, o que pode resultar na alomorfia desse radical, como no caso dos verbos analisados nesse trabalho. O morfema zero, por sua vez, é a ausência de uma forma específica em oposição a uma forma realizada. Kehdi (1990, p. 24) apresenta três condições para aplicação deste morfema: “1) é preciso que o morfema \emptyset

corresponda a um espaço vazio; 2) esse espaço vazio deve opor-se a um ou mais segmentos [...]; 3) a noção expressa pelo morfema \emptyset deve ser inerente à classe gramatical do vocábulo examinado”.

2. Relação morfossintática

Ainda que o foco desta pesquisa seja a alternância vocálica, a relação morfossintática, nesta discussão, mostra-se relevante, pois esses dois mecanismos linguísticos, embora não sejam representantes morfológicos, acabam permitindo a apreensão de informações correspondentes à morfologia.

A relação morfossintática é vista como o mecanismo linguístico mais abrangente com relação à apreensão de informações gramaticais, tais como as de gênero e/ou número, nas palavras nominais; e as de número-pessoal e modo-temporal, nas palavras verbais. Essa visão pode ser reforçada, por exemplo, com casos de formações verbais pertencentes ao modo-temporal presente do subjuntivo e imperativo, que têm apresentações idênticas, apesar dos morfemas de modo-temporal serem distintos e de o morfema {-e} que um apresenta corresponder, respectivamente, ao modo-temporal e o outro, à vogal temática:

	Presente do subjuntivo	Imperativo
P3	ame	ame
P4	amemos	amemos
P6	amem	amem

Ainda observa-se convergência nas formas verbais dentro de um mesmo modo, caso do indicativo, em que formas verbais, flexionadas em P4 no presente e no pretérito perfeito, acabam se igualando, a exemplo do verbo *sentir*:

	Presente do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo
P4	sentimos	sentimos

Essas unificações de formas finais dos verbos ocorrem com verbos regulares, reforçando o caráter sistemático dessas possibilidades. Diferente do que se apresenta,

com relação à morfologia de modo-temporal, na comparação entre as formas focalizadas do presente do subjuntivo e do imperativo, o cotejo entre as formas verbais do presente e do pretérito-perfeito do indicativo em P4 não aponta oposição entre os morfemas representativos de cada modo-temporal, visto que ambos são representados, em P4, pelo morfema { \emptyset }.

Dadas as convergências das formas, considerando as modalidades de escrita e de fala da língua, mesmo nos casos em que há representações morfológicas distintas, cabe, à relação morfossintática de tais formas verbais com outros termos da língua, a clareza do modo-temporal que está sendo empregado no enunciado específico:

- ✓ Sentimos, hoje, muito calor.
- ✓ Sentimos, na semana passada, muito calor.
- ✓ Ame a vida.
- ✓ Todos esperam que ele ame a vida.

Os exemplos acima permitem depreender, pela relação morfossintática, o verbo *sentir*, ora conjugado no presente do indicativo, ora conjugado no pretérito perfeito do indicativo, dada a relação de cada uma dessas formas com *hoje* e com *na semana passada*, respectivamente. Quanto aos enunciados com o verbo *amar*, a relação morfossintática da forma *ame* seguida de um sintagma nominal (a vida), constituindo uma oração simples, permite interpretar que o verbo está na forma de P3 do imperativo. Enquanto *ame*, inserido na oração subordinada, é parte do sintagma oracional em função de objeto direto do núcleo do predicado da oração principal (esperam), logo é interpretado como uma forma verbal flexionada no presente do subjuntivo.

A relação morfossintática e a alternância vocálica são dois mecanismos linguísticos que, embora não participem formalmente do nível morfológico da língua, colaboram na depreensão de informações primordiais para a análise dos constituintes desse nível.

3. Variação livre e alternância vocálica

A variação linguística no nível fonético e a alternância vocálica, grosso modo, parecem similares. Entretanto, fazem parte de processos muito distintos. A variabilidade no nível fonético é um fenômeno linguístico correspondente à variação livre e à variação em distribuição complementar, também chamada de variação combinatória. O primeiro tipo caracteriza-se pela troca de um fone por outro, na mesma posição e no mesmo ambiente, sem ocasionar mudança de sentido na palavra, enquanto que, no segundo tipo, um segmento não pode ocupar a mesma posição e/ou o mesmo ambiente que o outro. Cada uma dessas possibilidades de variação tem como correspondente fonológico um único segmento.

A variação também se relaciona ao espaço geográfico (correspondente aos dialetos regionais), à hierarquia social (correspondente aos dialetos sociais) e a situações distintas do uso da Língua Portuguesa (correspondente ao uso formal e informal da língua) em que um indivíduo se encontra, conforme Câmara Jr. (1989). Por exemplo, as palavras *caneta* e *banana*, quando pronunciadas por nordestinos e mineiros, revelam produções fonéticas envolvendo variação livre, visto que aqueles, diferentemente destes, tendem a nasalizar a vogal /a/, presente na primeira sílaba de cada uma dessas palavras, por estar seguida de uma consoante nasal, no *onset* da sílaba seguinte. Logo, / a / é pronunciada [ã]. Nesse caso, a troca não acarreta na mudança de sentido das palavras, já que a produção diferenciada é apenas de nível fonético, promovida pelo ambiente linguístico em que se encontra a vogal / a / e pela região a que o falante pertence.

Essas ocorrências, por sua vez, diferem-se do processo de alternância vocálica, considerando-se que há, neste caso, mudança de sentido, em virtude da troca de segmentos vocálicos. Dessa forma, a alternância vocálica, diferentemente da variação livre, envolve-se com a formação e classe de palavras. Se, por um lado, a troca de segmentos leva à alomorfia, ou seja, formas distintas com manutenção do significado; por outro lado, agregada a essa alomorfia, há também, na constituição da palavra, uma nova

informação. Exemplifica-se a comparação entre as palavras *formosa* e *formoso*. Do ponto de vista fonético, há dois radicais [fofi'moz-] e [fofi'moz-], contudo há manutenção do significado do radical, ou seja, há uma única forma básica relativa às duas formas fonéticas apresentadas. Ainda em paralelo à mudança do radical, há diferença flexional de gênero, respectivamente, feminino e masculino.

A alternância vocálica, assim, envolve-se com a morfologia tanto em formas nominais quanto em formas verbais, permitindo a identificação ou o reforço do número (singular ou plural) e do gênero (feminino ou masculino) em palavras nominais, e do número-pessoal (NP) e do modo-temporal (MT) em palavras verbais. Vale ressaltar, como já mencionado, que essas informações de número e gênero, bem como de NP e MT podem ser obtidas também por relação morfossintática.

É pertinente afirmar, ainda, que a alternância vocálica, focalizando a morfologia verbal, envolve também a alomorfia do radical, ou seja, há mudança na vogal tônica que recai nele, mas, considerando-se o NP correspondente a cada alomorfe do radical verbal, não se aplica a alomorfia de NP, pois cada NP se opõe um em relação ao outro. Então, os distintos radicais, embora sejam alomorfes, apresentam informações NPs distintas. Distinção que as palavras nominais igualmente preservam em relação aos morfemas de número (singular e plural) e gênero (masculino e feminino).

4. Alternância vocálica em palavras nominais e verbais

No que diz respeito à alternância no Português moderno, ela é esporádica e só aparece em um grupo mínimo de verbos e de nomes, o que diverge de outras línguas, em que é um morfema geral e regular ou uma alomorfia bastante generalizada, como no Inglês. Ademais, essa alteração morfológica é tida como submorfêmica, uma vez que “não é ela [...] a marca única da noção gramatical por expressar. Ela entra no vocábulo formal como um reforço [...]” (CÂMARA JR., 1989, p. 75). O caráter de reforço tem sentido quando se estabelece uma correspondência da alternância com a presença de um morfema específico, como no caso da comparação entre *ela* e *ele*, em que a oposição entre [ɛ] e [e] serve para reforçar a distinção de gênero das palavras que já é diferenciada pelos morfemas específicos, {-a} para o feminino e {Ø} para o masculino.

A alternância vocálica nos verbos, ainda que recaia no morfema radical, é significativa para os NPs. Esse caso de alternância recai na vogal tônica do radical que, mesmo não possuindo isoladamente *status* de morfema, faz referência ao NP. Observa-se, neste caso, que a alternância cria um alomorfe de radical e, concomitantemente, permite identificar em que NP o verbo está flexionado.

Freitas (1997) afirma que a alternância vocálica pode ser considerada como elemento supletivo, em que supletivismo abarca formas que apresentam um comportamento morfológico e/ou morfofonológico diferenciado, considerando as características do paradigma tido como padrão, ou seja, as formas supletivas não pertencem a paradigmas maiores, elas tendem a se distanciar da uniformização. O supletivismo, nessa perspectiva, pode ser aplicado tanto à forma verbal quanto à forma nominal.

Os mecanismos de apreensão de gênero e de número, nas palavras nominais, e de MT e de NP, nas palavras verbais, são constituídos por flexão, e/ou por relação morfossintática e/ou por alternância vocálica. Conteúdos morfológicos podem ser apreendidos por formas morfológicas específicas – a flexão é evidente – e/ou por meio, também, da relação morfossintática – o reconhecimento da informação evidencia-se a partir da relação entre palavras.

Além do mecanismo flexional e da relação morfossintática, é possível apreender certas informações correspondentes ao gênero e/ou ao número pelo processo morfofonológico de alternância vocálica. Um caso de alternância vocálica aplicado em formas nominais é visto na relação das palavras *avô* e *avó*. Nesse caso, nota-se que, em decorrência da mudança fonológica observada entre essas palavras, há a identificação da mudança de gênero. Essa mudança decorre da alteração da vogal posterior arredondada média baixa [ɔ] (marcação da palavra na forma feminina) pela vogal posterior arredondada média alta [o] (marcação da palavra na forma masculina).

Segundo Câmara Jr. (1989), a vogal de referência, nos casos em que há esse processo morfofonológico, é o segmento de maior abertura vocálica, uma vez que é mais recorrente correlacionar a realização desse tipo de vogal a uma vogal menos

aberta em vocábulos correspondentes do que o inverso ocorrer. Logo, a alternância observada entre os vocábulos *avó* e *avô* parte do [ɔ], da forma feminina, para [o], da forma masculina, tendo em vista a abertura dessas vogais.

Esse critério para reconhecer a vogal de referência também é válido em formas verbais. Porém, com relação aos verbos, Câmara Jr. (1981) aponta que só ocorre esse processo entre formas rizotônicas, cujo acento recai no radical. Com base nisso, Câmara Jr. (1981) apresenta ocorrências distintas da alternância vocálica para verbos regulares e irregulares.

Enquanto nas formas nominais a alternância está presente em nomes que se opõem pelo gênero e/ou pelo número, nas formas verbais ocorre entre pessoas específicas. No caso dos regulares, a alternância se estabelece a partir da oposição de P1 (primeira pessoa do singular) em relação a P2 (segunda pessoa do singular), a P3 (terceira pessoa do singular) e a P6 (terceira pessoa do plural). Vale ressaltar que, nos verbos que apresentam alternância vocálica, essa alternância se faz no presente do indicativo, com consequência no presente do subjuntivo, cuja forma do radical segue a que se encontra em P1. Já nos irregulares, a mudança da vogal tônica do radical ocorre apenas entre P1 e P3, tendo em vista que são as únicas formas rizotônicas. Nos verbos irregulares, porém, a alternância não implica em mudança na forma do radical do subjuntivo.

Os verbos *fazer*, *ter* e *estar* são verbos irregulares que apresentam alternância vocálica, quando conjugados no pretérito perfeito do indicativo. Neste caso, é perceptível a mudança na vogal tônica do radical em P1 e em P3, partindo da vogal mais aberta [e] (vogal anterior média alta), identificando P3, para a mais fechada [i] (vogal anterior alta), identificando P1. Outro verbo irregular que compartilha desse paradigma da alternância vocálica é o verbo *ir* que tem como vogal tônica do radical [u] (vogal posterior alta), em P1, e [o] (vogal posterior média alta), em P3. A tabela abaixo mostra, respectivamente, essas formações:

P1	P3
fiz	fez
tive	teve
estive	esteve
fui	foi

Tabela 1: Verbos irregulares com incidência de alternância vocálica

No que diz respeito aos verbos regulares, esse processo morfofonológico pode ser observado nas formas rizotônicas do presente do indicativo, a exemplo do verbo *beber*:

P1	bebo
P2	bebes
P3	bebe
P6	bebem

Tabela 2: Verbos regulares com incidência de alternância vocálica

Tem-se, pois, a forma *bebo* (em P1) em oposição a *bebes* (em P2), *bebe* (em P3) e *bebem* (em P6), a partir da mudança das vogais anteriores médias baixa [ɛ] (em P2, em P3 e em P6) e alta [e] (em P1). Ou seja, ocorre alternância vocálica no radical de P1 em relação ao radical em P2, P3 e P6, como pode ser observada pela transcrição fonética a seguir: ['bebu] (P1) e ['bɛbis] (P2), ['bebi] (P3) e ['bebẽj] (P6). Apesar da possibilidade de identificação de cada NP por meio da alternância, ela não é fundamental para esse reconhecimento, visto que há a marca de cada pessoa por meio dos morfemas {-o}, de P1, {-s}, de P2, {∅}, de P3 e {-m}, de P6. Pode-se, pois, dizer que a alternância é secundária e redundante, já que está reforçando uma informação marcada morfológicamente. A alternância assim é vista como submorfêmica, porque essas palavras têm o NP marcado pelos sufixos flexionais já mencionados. Tal

alternância, por sua vez, difere-se da que ocorre, por exemplo, nos verbos irregulares *poder* e *pôr* quando flexionados.

5. Alternância vocálica nos verbos *poder* e *pôr*

Tomando como foco, nesse momento, os verbos irregulares *poder* e *pôr* no pretérito perfeito do indicativo, percebe-se que as formas rizotônicas encontram-se apenas em P3 e em P1, *pôde* ['podi] / *pude* ['pudi] e *pôs* ['pojs] / *pus* ['pujs], respectivamente. Essas formas mostram a alternância vocálica entre a produção das vogais posteriores arredondadas média alta [o] (em P3) e alta [u] (em P1). É importante ressaltar que a alternância, como nos casos de *poder* e de *pôr*, também é registrada na forma escrita, mas nem sempre essa correspondência ocorre.

Além disso, considera-se que os morfemas NPs sejam zero {∅} ou que não tenham representação. Tais considerações são possíveis porque, se comparado aos verbos regulares, como no caso de *beber*, nota-se a presença do morfema NP P1{-i} e NP P3 {-u}, o que não acontece nos verbos irregulares em questão. Como morfema realizado, só há os radicais {pus} e {pôs}, com relação ao verbo *pôr*; bem como, no que concerne ao verbo *poder*, só há os radicais {pud-} e {pôd-} e a vogal temática {-e}. Como morfema não realizado, pode-se aplicar, de forma pacífica, o zero para o MT, pois segue o padrão, inclusive dos verbos regulares. Quanto ao NP, é discutível se há a aplicação do zero ou se há a ausência de forma flexional.

Vale lembrar que o morfema zero não possui forma realizável e sua significação é reconhecida por oposição a uma forma realizada. Portanto, opondo apenas {∅} de P1 a {∅} de P3, será necessário recorrer a outro mecanismo para a obtenção da informação almejada, tendo em vista que essas representações flexionais não foram suficientes.

Caso seja interpretada como zero {∅} a representação de P1 e de P3, deve-se considerar que ela é produtiva apenas em relação às demais formas NPs no pretérito perfeito do indicativo. Se a representação de P1 e de P3, efetivamente, nessas palavras, fosse apenas pelo morfema zero – excluindo-se a alternância vocálica –, caberia à relação

morfossintática a responsabilidade da distinção dessas formas verbais, considerando-se que a relação morfossintática é o processo mais amplo para se obter a depreensão de gênero e/ou número, nas palavras nominais, e de número-pessoal (e mesmo de modo-temporal, em certos casos) nas palavras verbais.

O mecanismo de depreensão de correspondentes morfológicos via relação morfossintática marca sua amplitude de atuação por ser verificável tanto como mecanismo único, como mecanismo secundário e redundante, neste caso, a manifestação flexional já está presente na morfologia da palavra. A relação morfossintática esclarece, por exemplo, em que NP está sendo flexionado o verbo irregular *dizer*, quando conjugado no pretérito perfeito do indicativo, cuja forma em P1 e em P3 é idêntica (*disse*), obtendo-se, pois, a informação de NP a partir do contexto linguístico. A exemplificação com o verbo *dizer*, embora não envolva o processo de alternância vocálica, é produtiva no sentido de mostrar que a comparação entre formas representativas zero não gera oposição efetiva entre si, sendo necessária a entrada de outro componente do sistema para desmanchar a possível ambiguidade. A relação morfossintática acaba sendo, na ocorrência de *disse*, a exemplo de *eu disse/ele disse*, o mecanismo de desmanche da ambiguidade motivada pela oposição estabelecida entre dois morfemas zero.

Permanecendo a análise de que em *pus/pôs* e em *pude/pôde* a representação é zero para P1 e para P3, há de se entender que a alternância é secundária e redundante. Contudo, tal processo morfofonológico pode ser caracterizado como primário e distintivo, se a alternância for considerada a única marca para delimitar a oposição gramatical entre P1 e P3. Nesta perspectiva, tais formas são desprovidas de flexão externa, como defende Câmara Jr. (1981), em que a informação sobre a que pessoa a forma verbal se refere é depreendida pela alternância da vogal tônica do radical. Portanto, a alternância, além de implicar alomorfa do radical, marca os NPs.

Sendo assim, é pertinente também salientar que é do caráter desses verbos apresentar uma forma distinta para o radical no tempo verbal e nas pessoas analisadas, permitindo o reforço não só da pessoa, como também do MT, ao se contrapor tais formas em relação aos outros modo-temporais.

Partindo da interpretação de que não há morfemas relativos para P1 e para P3, a alternância, por si só, implica na depreensão dessas pessoas, bem como pode implicar na depreensão do MT. Esta análise é possível, ao se considerar que, embora nos verbos regulares o morfema zero seja a marca de MT pretérito perfeito do indicativo, quando flexionado de P1 até P5, e {-ra}, quando flexionado em P6, há uma melhor visualização do MT nas formas verbais em estudo a partir de seu radical, por sua forma ser concreta, realizável. Sendo assim, a alternância vocálica acaba por ser uma forma realizável, ainda que de manifestação indireta, dos NPs P1 e P3 e do MT pretérito perfeito do indicativo. Convém evidenciar que tais ocorrências não se caracterizam como morfemas flexionais dentro da morfologia verbal.

Considerações finais

Morfologia é um tema muito vasto nos estudos da linguagem, tanto por causa da possibilidade constante de criação de novas palavras no decorrer das situações cotidianas quanto por causa das palavras já estabelecidas no português que são estudadas em suas estruturas internas e, também, em suas possíveis relações. Considerando tanto a constituição interna – morfemas e alomorfes – quanto às relações possíveis entre as palavras, este trabalho mostra dois mecanismos de depreensão dos NPs P1 e P3, em verbos irregulares, mais precisamente, nos verbos *pôr* e *poder*.

A interpretação da alternância vocálica como secundária e redundante é considerada reforço de uma informação já estabelecida pela morfologia flexional. Serve para tornar a flexão mais evidente, diferentemente da interpretação da alternância como primária e distintiva, cuja informação de NP nos verbos é depreendida apenas por tal processo.

Como bem aponta Câmara Jr. (1981), esta análise é mais válida, tendo em vista que, conforme sugerida pela gramaticologia alemã, esses dois verbos fazem parte do grupo denominado "verbos fortes", os quais se caracterizam como desprovidos de flexão externa, não sendo pertinente, dessa maneira, a designação de { \emptyset } como marca dos NPs P1 e P3.

Quer seja a alternância primária e distintiva, quer seja secundária e redundante, há uma clara conexão das informações correspondentes ao morfema lexical e ao morfema gramatical (flexional). Então, a delimitação rígida entre morfemas lexicais e gramaticais acaba por se desfazer.

Referências

SANDMANN, Antônio J. **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto, 1991. (Repensando a Língua Portuguesa).

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de Linguística Descritiva**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

KEHDI, Valter. **Morfemas do Português**. São Paulo: Ática, 1990.

FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios da Morfologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.